

PARA UMA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES UNI-
VERSITÁRIAS: — UMA CONTRIBUIÇÃO
PORTUGUESA FUNDAMENTAL.

FRANCISCO DA GAMA CAEIRO
da Faculdade de Educação da Universidade de
São Paulo.

Não se pode atribuir a mera negligência, mas antes a um conjunto de circunstâncias muito mais complexo, o recíproco distanciamento entre estudiosos brasileiros e portugueses, e, ainda mais, o mútuo desconhecimento das culturas que, no mesmo idioma, se produzem nas duas margens do Atlântico: a asserção, de tanto repetida, se converteu em retórico lugar comum, em oratória de discurso obrigado a mote, em glosa elegíaca de jornal. Mas, o fato incontroverso — sem agora buscar explicações para ele — é que tal afastamento tem existido, não obstante os persistentes esforços desenvolvidos para o contrariar, sendo a produção bibliográfica, que parece por vezes processar-se em compartimentos estanques, o forçoso reflexo dessa situação.

Com efeito, as lacunas, ou a excessiva demora, no acesso à mais importante bibliografia editada no estrangeiro poderão explicar porventura distorções de método e de perspectiva, verificáveis em alguns recentes tentames historiográficos, mormente quando nestes se tenha preferido, em vez do apoio direto nas fontes autênticas, o recurso a informes em segunda mão, ultrapassados e de valia duvidosa.

Tanto bastaria para justificar o presente exórdio — que averiguadamente continua tendo pleno cabimento — se lembrarmos a função não apenas noticiosa, mas sobretudo crítica e formativa, de uma recensão bibliográfica — e quando, para mais, esta visa, em seu objeto, duas monumentais compendiações de vetustas fontes documentais portuguesas, de singular relevância histórico-cultural (1).

(1). — *CHARTULARIUM UNIVERSITATIS PORTUGALENSIS* (1288-1537), Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, volumes I a VI, Instituto de Alta Cultura; Lisboa, 1966-1974; *AUCTARIUM*

O aparecimento destas duas obras, que de algum modo se completam em um conjunto unitário, corresponde a um marco de importância decisiva, não só no âmbito da História da Educação, como ainda à luz da Cultura portuguesa.

Elemento imprescindível para o estudo da evolução da vida intelectual dos povos de expressão lusíada, abrangendo o período em que a Universidade portuguesa se constitui, em 1288, até ao momento que antecede a fase de sua estabilização definitiva em Coimbra, em 1537, pode-se afirmar sem receio — perante os recursos da documentação que o presente *corpus* torna acessíveis — que passou a ser viável a construção histórica, em bases de objetividade científica, sobre os três primeiros séculos de existência da aludida Instituição.

Como bem observou o antigo Reitor da Universidade de Lisboa e atual Presidente da Academia Portuguesa de História, Professor Veríssimo Serrão, em judiciosa apreciação, que merece aqui ser transcrita do 1º vol. dos *Arquivos do Centro Cultural Português*,

“a partir de agora os investigadores podem alicerçar em bases mais sólidas o problema das origens da nossa Cultura e assentar as linhas de Pensamento que se radicam na nossa Universidade medieval. A publicação destes documentos não representa, pois, um simples acervo de fontes que se oferece ao interesse dos historiadores: constitui uma ferramenta histórica do mais alto nível e sem a qual a história dos dois primeiros séculos da Universidade portuguesa jamais poderia ser erguida”.

“Apesar dos elementos que Francisco Leitão Ferreira coligiu no segundo quartel do século XVIII e que formam o recheio do tomo I das suas *Notícias Chronológicas*; apesar da útil contribuição de Teófilo Braga, se bem que em muitos pontos de fraco rigor documental; apesar, ainda, dos trabalhos de valiosa erudição de mestres, como Joaquim de Carvalho e Mário Brandão — pode-se afirmar, sem falsear a verdade, que a história da Universidade portuguesa, no período de 1288 a 1537, estava por escrever, pelo menos no seu traçado global. A publicação desta obra, nos

CHARTULARIUM UNIVERSITATIS PORTUGALENSIS, Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, Instituto de Alta Cultura; Lisboa, 1966-1974; *AUCTARIUM CHARTULARII UNIVERSITATIS PORTUGALENSIS*, Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, Instituto de Alta Cultura; Lisboa, 1973, volume I (1506-1516); Lisboa, 1975, volume II (1516-1529).

Quanto à possibilidade de acesso, na Universidade de São Paulo, à leitura destas obras, se informa que elas existem (pelo menos) na Biblioteca da Faculdade de Educação.

moldes em que a concebeu o Prof. Doutor Artur Moreira de Sá, representa um trabalho histórico pela bem fundada introdução, pelas notas e referências bibliográficas e pela largueza de orientação com que o seu anotador sugere hipóteses e abre caminhos para uma futura História da Universidade portuguesa”.

“No período de 1288 a 1537 o Estudo geral dionisiano mudou cinco vezes de assento, entre Lisboa e Coimbra, numa tendência itinerante que Henri Denifle considera a mais típica das Universidades medievais. Com maior rigor mesmo, as deslocações deram-se ao longo dos primeiros 90 anos da vida da instituição, tendo as naturais consequências no êxodo dos escolares portugueses para as Escolas do estrangeiro, no chamamentó de Mestres de outros países nas épocas em que o nosso *Studium Generale* caiu em profundo marasmo e nas medidas régias e eclesiásticas para fazer a Universidade prosseguir o seu destino histórico. Ao longo do século XV, em que Lisboa a acolheu com permanência, não deixou a velha Escola de alternar as horas de crescimento com períodos mais ou menos sombrios, mas mantendo uma existência que se foi cada vez mais consolidando, com especial relevo na época do seu protetor, o Infante D. Henrique. A verdade é que a marca portuguesa da Universidade surge mais expressiva no período de Quatrocentos — quando os mestres e escolares, ainda *Hispani* na sua mentalidade, começam a sentir a consciência de *Lusitani*, que se afirmaria com o dealbar do Renascimento — o que permite aos seus membros, quando estudam ou lêem nas Escolas do estrangeiro, voltarem a radicar-se no *Studium Generale* dionisiano e permitirem a marcha histórica dessa instituição. Daí o papel de relevo das Universidades estrangeiras na formação dos nossos Mestres e escolares”.

Os oito monumentais volumes, já editados, que permitem avaliar do tomo invulgar desta iniciativa, são o fruto da inteligente proficiência, do rigor metodológico e da probidade inexcedível, ao longo dum quarto de século de persistente trabalho, do douto investigador Professor Artur Moreira de Sá, em pesquisas levadas a efeito nos Arquivos do Vaticano, Bolonha, Florença, Pádua e Barcelona e nos Arquivos portugueses da Torre do Tombo, da Universidade de Coimbra, das Câmaras Municipais de Lisboa, Porto e Ponte de Lima, nas Bibliotecas da Ajuda, Nacional de Lisboa, da Assembléia Nacional, etc.

A avaliar pelo plano anunciado e pela celeridade do ritmo da publicação até agora registado, é de prever que não tardará muito o termo desta obra, esperado antes do findar da corrente década. Com esta conclusão, facultando assim um acervo documental completo de

tão raro valor à *Inteligência* cultivada, assistir-se-á — podemos desde já augurar — a uma nova fase de estudos, tanto em Universidades de língua portuguesa como fora do seu âmbito, explorando o vasto manancial disponível, nas várias direções possíveis de pesquisa e exegese, na complexa rede de suas interrelações, nos domínios das concepções pedagógicas, teológicas, filosóficas e da história social, política, religiosa, econômica, entre outros mais.

O *Chartularium*, tendo coligidos até agora 2.329 documentos — muitos ainda inéditos, outros já anteriormente publicados mas submetidos a nova leitura paleográfica, em cuidada revisão, todos eles sendo transcritos segundo as mais apuradas e recentes normas para o estabelecimento textual — foi editado com critério rigorosamente uniforme, embora abranja uma variada gama de textos, de diferentes origens: bulas papais, cartas régias e particulares, assentos de doutoramento e exames privados, súplicas e procurações de mestres e escolares, acórdãos e cartas de emprazamento, instrumentos notariais, etc. A propósito do âmbito dessa investigação, o Prof. Moreira de Sá, que, além de editor e anotador dos textos, é também autor dos estudos que precedem cada volume, julgou oportuno esclarecer, logo na “Introdução” do I^o volume, uma possível dúvida do leitor:

“Quando se iniciou a pesquisa documental com vista à organização do *Chartularium Universitatis Portugalensis*, tinha-se em mente reunir e arquivar somente os documentos dados à Universidade ou dela emanados. Posteriormente, resolveu-se alargar a recolha documental e assim constituiu-se um *corpus* com elementos que dizem respeito à Universidade, seus Mestres, alunos e funcionários, igrejas e propriedades a ela pertencentes, etc. Entre esses documentos, há um grupo cuja inclusão necessita de uma palavra explicativa. Referimo-nos aos *rotuli* e às bulas de concessão de benefícios ou prebendas, a bacharéis, licenciados e doutores. Em relação a um grande número de beneficiários foi possível averiguar que freqüentaram a Universidade Portuguesa ou que nela exerceram funções docentes. E é de prever que em relação a alguns mais se chegue no futuro a igual conclusão. Incluíram-se também documentos que dizem respeito a estrangeiros, por se ter apurado que exerceram funções docentes em Portugal”.

Quer dizer, para além do interesse indiscutível que representa o conhecimento de quanto respeita a mestres e estudantes da Universidade lusitana, dá-nos este cartulário preciosos informes de geografia cultural, de portugueses que, noutros locais, estudaram ou ensinaram, da rede disponível do ensino na época e do tipo de relações estabelecidas entre as várias escolas européias. Como justamente comentou o douto editor, nas palavras que precedem o II^o volume,

“ficar-se-á com uma noção mais exata do escol intelectual português e da sua influência na vida política e social do Portugal medievo”.

Encontrando-se, de há muito, publicados os *Cartulários* de, praticamente, todas as Universidades européias, era bem estranhável que faltasse aquele que respeitava a uma das de mais antiga fundação: a lacuna foi já reparada, e nos termos mais felizes.

* *
*

Inspirado nos moldes duma concepção bipartida da famosa e hoje já clássica obra de H. Denifle e A. Chatelain, que continua servindo de padrão para todas as publicações análogas — o *Chartularium Universitatis Parisiensis* (4 vols., Paris, 1889-1897) e o seu complemento *Auctarium Chartularii Universitatis Parisiensis* (6 vols., Paris, 1894) — também Moreira de Sá se decidiu pela divisão em duas séries, para a edição do vasto espólio documental sobre a Universidade lusitana.

Para optar por tal arrumação não lhe faltariam, decerto, ponderosos motivos, para além do precedente que, depois da edição do *corpus* documental da universidade parisiense, se tornou paradigmático. Na verdade, para o caso português, dava-se a especial circunstância de existirem, em relação à última fase abrangida pela pesquisa documental — recorde-se que o cartulário abarca o período desde a fundação do *Estudo Geral* até 1537, — dois grossos volumes manuscritos de *originais*, praticamente inexplorados, conservados no *Arquivo* da Universidade coimbrã e que encerram elementos de valor decisivo para o conhecimento da Instituição. Conforme os dísticos da lombada, referem eles ser o *Livro I dos Livros da Universidade de Lisboa de 1506 até 1526* (fls. 1 a 421v.) e o *Livro II dos Livros da Universidade de Lisboa de 1526 até 1537* (fls. 1 a 353v.).

Na verdade, pela natureza especial desta última documentação, ela não se podia coerentemente inserir no Cartulário; e, por outro lado, o que neste se publicava — os diplomas fundamentais da Instituição, suas cartas, bulas, estatutos, etc., de interesse histórico essencial — não era só por si suficiente para permitir o conhecimento da *vida* concreta, do dia-a-dia da função escolar, da condição social e económica de professores e estudantes, facetas que talvez hoje mais suscitem a atenção do historiador. Daí a importância de certos dados, como livros de matrícula e atas narrativas sobre a vida dos colégios ou “nações”, aspectos geográficos e sociais relacionados com mestres e

alunos, postos em relevo em recentes trabalhos historiográficos sobre instituições do ensino: lembremos, nesse sentido, duas pesquisas modelares de J. Verger “Le recrutement géographique des universités françaises au début du XV siècle, d’après les suppliques de 1403” in *Mélanges d’Archéologie et d’Histoire* (École française de Rome), 1970, 82, pp. 855-902, e “Le rôle social de l’Université d’Avignon au XV siècle” in *Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance. Travaux et Documents*, 1971, 33, p. 489-504.

Ora, através da leitura das atas, dos acordos, assentos e termos dos exames neles copiados, fica-se a conhecer a vida da Universidade de Lisboa, na minuciosa realidade do seu decurso, entre 1506 e 1537, ou seja, num dos períodos de mais intenso brilho da Instituição e correspondendo a uma fase em que a mesma é protagonista da empresa nacional, ainda decorrente, dos Descobrimentos e da Expansão, e também do processo específico do Humanismo renascentista.

O riquíssimo material coligido no *Auctarium* — até agora 533 + 511 docs., no 1º e 2º vols., respectivamente — que corresponde à transcrição total do primeiro tomo, e a parte do segundo do manuscrito do *Arquivo* coimbrão, fornece-nos indicações preciosas quanto a diversas questões de natureza pedagógica, econômica, social e de administração escolar, sobre os reitores, os mestres, os conselheiros, os graduados e alunos. Embora tenha desaparecido o “Livro das matriculas”, ficaram-nos no entanto abundantes informes sobre os estudantes e professores, quem se graduou, a forma como eram cumpridos os Estatutos, as provas que deviam ser prestadas para a obtenção do grau de Doutor, ou a “licença” para alguém exercer a profissão de médico, etc.

Como bem advertiu o ilustre editor, na “Introdução” ao IIº volume,

“esta fonte documental vem comprovar o que há muito pensávamos: não se pode conhecer a vida da Universidade Medieval Portuguesa sem a consulta integral da documentação dos dois tomos, manuscritos, existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra. E esse conhecimento custosamente se obtém pela leitura do manuscrito, porquanto a letra é difícil, os documentos não estão dispostos cronologicamente e o seu manuseio leva anos a concluir-se”.

Transcende assim em muito a acepção da *petite histoire*, — e ainda que a cada passo nos salte à vista o saboroso, o pitoresco, o pormenor sobre a moda, a nota da espiritualidade, do gosto, da men-

talidade da época, a vida “olhada” por dentro, como aquela descrição, pela colação do grau, dos manjares da ceia oferecida pelos licenciandos aos paraninfos, ou, ainda, o flagrante da esposa do Reitor que não assinava, por não saber ler...

Uma nova expectativa de profunda e séria pesquisa histórica se abre agora, perante nossos olhos — como seria a duma análise monográfica sobre o processo da autonomia da Universidade perante o Estado (questão ainda hoje tão viva e candente), com períodos alternados de acalmia e de tensão indiscritível, porventura dramáticos: bastará recordar a evolução da atitude régia, de D. Manuel I até D. João III, para com a Instituição de que os dois foram Protetores e, por fim, a conturbada crise, deflagrada no reinado deste último monarca.

Não é fácil afirmar, de antemão, qual o grau de aproveitamento de que é possível uma fonte histórica desta natureza e magnitude: desde múltiplas achegas de caráter cronológico e biográfico — documenta-se ali a passagem de um Bernardim Ribeiro como escolar, de um Frei João Claro como mestre, de um Garcia de Orta, de um D. Pedro de Menezes, para apenas referir personagens maiores e sobre as quais existe abundante bibliografia — até ao enorme feixe de outras facetas, praticamente inexauríveis, como as bolsas concedidas a escolares, os livros emprestados e legados — com uma curiosíssima nota sobre o regime que isentava os livros dos direitos de importação, para fomento da Cultura; o provimento das cadeiras; as ausências dos lentes, as aulas com a recomendação, constante do alvará de 24 de Julho de 1462, ao bedel da Universidade, para registrar todas as faltas daqueles mestres e as descontar nos respectivos vencimentos; privilégios especiais concedidos a alunos e docentes; a proibição aos lentes de advogarem contra a Universidade; revelações pedagógicas, como o ensino da Gramática Nova; a ação do Infante D. Henrique como Protetor do Estudo — dessa figura de escala planetária, que fez a Beazley dizer ser ela, não a de um precursor, mas a do verdadeiro *leader* do Renascimento; e, para citar por último, as intervenções do Rei no provimento dos lugares da Universidade e a queixa, por parte desta, pelo fato do monarca nomear ou indicar, para as cadeiras vagas, pessoas “que as nom mereciam” o que ocasionava “destruyçom e perdimento da dicta vniversidade”, visto que as aludidas cadeiras eram atribuídas, “per fauores e nom per sciencia e merecimentos”, como se reconhece na carta que D. Afonso V dirigiu, em 15 de Abril de 1463, aos “Rectores leentes e conselheiros” e que constitui, no dizer do Professor Moreira de Sá (II^o vol., p. X) “modelo de correção com que o monarca acatou as reclamações da Universidade”.

Obra destinada a obter ampla projeção internacional, o *Auctarium*, no seu ainda curto período de vida, conta já com a repercussão que, referente ao Iº vol., lhe deu o notável estudo do Professor Antônio Marongiu, da Universidade de Roma: “L’Université lusitaine entre 1506 et 1516”, em *Bulletin de l’Institut Historique Belge de Rome*, fasc. XLIV (Miscellanea Charles Verlinden), Roma, 1974, pp. 385-403.

Como seria de esperar em edição de tão alto nível científico, ela é valorizada por uma bem organizada bibliografia, de fontes manuscritas e obras impressas e, ainda, provida de excelentes índices — um cronológico, outro analítico, de pessoas e de matérias, — o que possibilita a rápida e eficaz utilização do seu conteúdo, além de sumários a preceder cada documento, com a menção, no caso deste ter sido publicado anteriormente, das referências bibliográficas respectivas.

Enfim, uma obra modelar, destinada a largo e promissor futuro, como imprescindível instrumento de trabalho que ora já é, para todos quantos se empenham pelo estudo da História da Sociedade e das Instituições e, em particular, pelo da Universidade portuguesa, desde a origem até ao século XVI.